

A homofobia e a cultura da intolerância

Sergio Gomes da Silva¹

A notícia do número de assassinatos de homossexuais em 2007 divulgados em abril deste ano pelo Jornal Folha de São Paulo, através de levantamento efetuado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), chamou a atenção para um fato que se tornou uma das principais reivindicações por parte do movimento homossexual no Brasil e por militantes dos Direitos Humanos desde então: o combate à homofobia e à violência, preconceito e discriminação de gays e lésbicas no cenário nacional.

Como entender o preconceito e o ódio irracional contra homens e mulheres com determinadas características desejantes? Por que nossa sociedade, apesar dos avanços culturais e jurídicos em prol da cidadania homoerótica, ainda fomenta uma cultura da intolerância?

Quando a crença de uma anormalidade e uma patologia foi colada à figura do homossexual já no final do século XVIII, estabelecendo um imperativo categórico da razão científica; quando o ideal de família burguesa passou a representar o porto seguro das aberrações sexuais da época; quando o sentido de uma perversão poderia estar presente na constituição da sexualidade de um indivíduo, tornando-o passível de tratamento e cura; quando passamos a dividir normativamente os sujeitos em espécies sexuais - hetero, homo e bissexuais, estabelecendo esta norma como a única possível na constituição das suas subjetividades e quando a identidade passou a ser definidora da sua sexualidade e não mais através de um outro dispositivo identitário qualquer, é possível compreender o porquê de tanta violência, intolerância, preconceito e discriminação contra a figura dos homossexuais, dos travestis ou de lésbicas, fazendo a irracionalidade da homofobia beirar a insensatez.

Por que, então, referendar a morte de determinadas pessoas a partir de suas identidades sexuais? Resposta simples: porque em nome do ódio e da intolerância contra esses indivíduos, mata-se! A violência contra homossexuais masculinos e femininos ganha requintes de crueldade além daquelas praticadas nos campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial. O horror do nazismo, para nós, defensores dos direitos humanitários, permanece em nossas mentes para que não passemos a fomentar o ódio irracional contra os seres humanos. Contudo, na mentalidade arcaica de determinados grupos, a idéia de uma normatividade sexual é motivo mais do que suficiente para, por exemplo, os altos índices de violência contra esse grupo divulgados na mídia.

¹ Psicanalista em Formação pelo Círculo Brasileiro de Psicanálise-RJ (CBP-RJ); Mestre em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social (IMS/UERJ); Especialista em Direitos Humanos pelo Dpto. de Filosofia/UEPB e Especialista em Sexualidade Humana pelo Centro de Educação (CE/UEPB). Email: sergiogsilva@uol.com.br.

Em nome da intolerância, a vida de um ser humano é levada ao minimamente possível. Em nome da intolerância, tenta se sustentar os piores pesadelos guardados a sete chaves no "inconsciente" de indivíduos que instituíram a homossexualidade como parteira de nossas subjetividades.

Se o horror do nazismo foi derrotado e posto abaixo juntamente com a intolerância, por que esta última assumiu novos contornos na atualidade? De que modo ela se cristalizou nas mentes de determinados grupos, cuja violência se tornou mote de toda a sorte de atitudes de preconceito e discriminação contra o minimamente diferente?

Os homossexuais ainda hoje se encontram entre os grupos de maior vulnerabilidade à violência. Não há, inclusive, nenhuma representatividade através de mecanismos jurídicos nacionais ou internacionais que protejam os Direitos Humanos desses indivíduos.

Só recentemente, no caso do Brasil, é que esta categoria passou a fazer parte do Plano Nacional dos Direitos Humanos (PNDH II), a partir de maio de 2002, apesar do Projeto de União Civil entre pessoas do mesmo sexo ainda se encontrar parado há 13 anos no Congresso Nacional e a "Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais", realizada em Brasília em Junho deste ano, ter contado com a presença do Presidente Luis Inácio Lula da Silva. Aliás, a conferência na verdade foi uma convocação assinada pelo próprio presidente em 28 de novembro de 2007, reafirmando o compromisso do seu governo de tratar a questão dos Direitos Humanos como uma política de Estado.

Mas as estatísticas não mentem. Segundo o Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos, divulgado no final de 2005, 157 homossexuais foram barbaramente assassinados no Brasil no ano de 2004, dos quais 119 eram gays, 03 eram lésbicas e 35 eram travestis ou transexuais, sendo a Região Nordeste e a Região Sudeste líderes no índice de assassinatos no país, quando tomado o período compreendido entre 2003-2005. E certamente estes dados tendem a estar sub-notificados, se levarmos em conta os casos de discriminação direta ou indireta tais como ameaça, tortura, roubo, extorsão ou ataques contra homens e mulheres homossexuais.

A cultura da intolerância, portanto, forja a cultura da violência e por esta é sustentada.

É certo que a violência está presente em qualquer forma de organização social, e por isso mesmo, os governos precisam legitimar medidas que coíbam o uso indiscriminado da violência contra os cidadãos. Por isso, é preciso que elevemos ao máximo o projeto de uma sociedade mais solidária, menos exclusiva e mais igualitária, ao menos no tocante aos direitos civis.

Porém, quando penso em igualdade, de fato, não penso em uma sociedade cuja igualdade seja uma verdade absoluta entre os seus membros, pois se assim o fosse, estaríamos conformando uma nova modalidade de sistema totalitário.

Uma cultura que tudo permitisse seria uma cultura impossível. De acordo com o psicanalista Jurandir Freire Costa "a cultura da intolerância, não é a da permissividade. Nesta, o que existe não é o respeito pela diferença; é indiferença, cinismo e violência".

Quando penso em igualdade, penso juntamente com o psicanalista Benilton Bezerra Júnior, em um sistema que funcione como "ideal regulador, como horizonte político que estimula e legitima a redução progressiva das desigualdades injustas e da intolerância. À medida que vai se incorporando ao imaginário social e se inscrevendo nas regras - formais e informais - que governam as relações entre indivíduos e grupos, cria-se o espaço político para a explicitação das expectativas e reivindicações negligenciadas pela sociedade. Cria-se, também, a sensibilidade para reconhecer a diferença em sua positividade e legitimidade próprias, e não como desvio, traço irrelevante ou desordem", tal qual foi associada à imagem de gays e lésbicas em nossa sociedade.

Para chegar a este ideal, é preciso que medidas legais tornem-se uma realidade palpável, já que a lei também possui força performática, criando, com o tempo, uma reavaliação contínua e constante dos processos sociais indesejáveis, performando novos hábitos lingüísticos, derrubando as barreiras do preconceito e fomentando uma sociedade mais tolerante e solidária.

Portanto, para atingir este universo é necessário um trabalho contínuo dos movimentos sociais na denúncia de crimes e violações dos Direitos Humanos, assim como têm feito alguns movimentos de grande representatividade no cenário nacional. Mas também é preciso que haja uma organização por parte da sociedade civil na cobrança de atitudes de nossos governantes, na criação de medidas de mitigação contra a violência, desde aquela que sustenta o vício das elites até aquelas que atentam contra a integridade do cidadão comum.

Para tanto, é preciso combater a violência contra os homossexuais, levando a cabo as recomendações postuladas pelo Relatório Anual do Centro de Justiça Global publicado em 2005, a saber: a) a vigilância constante do sistema de justiça criminal, que deve estar apto para apurar e punir violações de Direitos Humanos contra gays e lésbicas; b) a aprovação da Lei que reconhece a União Civil entre pessoas do mesmo sexo; c) a implementação efetiva das medidas sobre orientação sexual já adicionadas ao II Plano Nacional de Direitos Humanos - o PNDH II; e d) que organizações governamentais e não governamentais de Direitos Humanos que trabalham com mecanismos jurídicos e tratados internacionais criem precedentes na jurisprudência internacional, no sentido de reconhecer e garantir os direitos sexuais de todos aqueles que têm sofrido as agruras de pertencer a uma sexualidade que vem sendo mote de toda a sorte de intolerância.

Mas é acima de tudo urgente a aprovação, pelos nossos congressistas, do projeto de lei que "criminaliza a homofobia", para que essas estatísticas nem se mantenham, nem sustentem a barbárie da cultura da intolerância pois, como diria Adorno, "barbárie, é pensar que nada faço para que o outro morra, mas também nada faço para que ele viva".